

POR UN PSICOANÁLISIS QUE PUEDA SEGUIR ESCUCHANDO

POR UMA PSICANÁLISE
QUE POSSA CONTINUAR ESCUTANDO

FOR A PSYCHOANALYSIS
THAT CAN KEEP LISTENING

Gimena Abasto
Asociación Escuela Argentina de Psicoterapia para Graduados
ORCID: 0009-0001-4323-0944
Correo electrónico: gimenaabasto@gmail.com

Fecha de recepción:08-03-2025
Fecha de aceptación:23-04-2025

Para citar este artículo / Para citar este artigo / To reference this article

Abasto G. (2025) POR UN PSICOANÁLISIS QUE PUEDA SEGUIR ESCUCHANDO
Intercambio Psicoanalítico 16 (1), DOI: doi.org/10.60139/InterPsic/16.1.14
Creative Commons Reconocimiento 4.0 Internacional (CC By 4.0)

POR UMA PSICANÁLISE QUE POSSA CONTINUAR **ESCUTANDO**

Trabalho que obteve Menção Honrosa no Concurso de Estudantes Jorge Rosa 2023

Gimena Abasto¹

1 Gimena Abasto: Bacharel em Psicologia (UCSF. Argentina). Pós-graduação em Clínica Psicanalítica da Infância e da Adolescência (ASAPPIA. Argentina). Mestrado em Psicanálise (AEAPG. Argentina). Atualmente trabalha como psicóloga e supervisora clínica em consultas privadas, e faz parte da equipe de professores de Psicologia Profunda da Faculdade de Psicologia na UCSF. É cocriadora do espaço "Punto de Fuga", a partir do qual desenha, produz e gere propostas de divulgação e formação em psicanálise. Foi palestrante em jornadas e congressos, e já publicou em revistas científicas. Sua última publicação foi: A intimidade em Psicanálise: Reconstrução metapsicológica para seu aproveitamento na clínica (Nota da Tradutora: tradução livre). Revista Digital Psicoanálisis Ayer y Hoy.

*Hablo por mi diferencia
Defiendo lo que soy y no soy tan raro
Me apesta la justicia y sospecho de esta cueca democrática¹.*
Pedro Lemebel

No ano do 40º aniversário do retorno da democracia na Argentina, a psicanálise não pode permanecer reclusa na solidão do consultório, fantasiando com a ideia onipotente de sustentar uma teoria supostamente universal e transcendente a todo tempo e espaço. Se em algum momento a psicanálise foi revolução, hoje o cenário político é outro, e a luta é por sustentar os paradigmas que podem mantê-la vigente.

O revolucionário do método psicanalítico foi instaurar uma escuta diferente. Freud, em sua valentia ética e intelectual, permitiu-se questionar os paradigmas estabelecidos e se lançar na incerteza de fazer novas perguntas. Ao escutar suas históricas, julgadas pela psiquiatria da época como supostas simuladoras, e nesse ouvir, devolveu-lhes a dignidade ao reconhecer ali um autêntico sofrimento subjetivo. Há quem diga que o que fazem as grandes revoluções é mudar as perguntas, não as respostas: hoje a psicanálise deve sustentar sua abertura ao incerto, suportar as tensões das revisões intrateóricas e não deixar de apostar no gesto freudiano de auscultar novos sofrimentos subjetivos. Quando falamos de novos sofrimentos, não nos referimos àqueles que antes não existiam, mas sim à emergência de subjetividades que, graças aos avanços em direitos, hoje têm acesso à consulta: pacientes pobres, pacientes trans e travestis, pacientes pertencentes a comunidades originárias trazem consigo relatos inéditos; e do nosso lado fica a responsabilidade de poder escutar, mesmo quando esses sofrimentos atentam contra a coesão conceitual do nosso corpus teórico.

As reflexões decorrentes deste trabalho se inscrevem em uma psicanálise situada, enraizada na realidade argentina de pós-pandemia, marcada por uma profunda crise econômica e política. Enfrentamos um endividamento crescente, impulsionado por setores antidireitos, e um deterioramento do tecido social, como outro fruto podre do chamado capitalismo neoliberal. Apesar da degradação do discurso público, legado dos golpes cívico-eclesiástico-militares, persistimos na luta pela memória. Nesse cenário, como assinalou Bleichmar (2000):

... torna-se tarefa urgente separar, por um lado, [...] aqueles enunciados de permanência, que transcendem as mutações na subjetividade que as modificações históricas e políticas colocam em marcha, dos elementos permanentes do funcionamento psíquico que não apenas se mantêm como ganham maior vigência em razão de se tornarem o único horizonte explicativo possível para esses novos modos de emergência da subjetividade.

1 Nota da tradutora: "Falo por minha diferença. Defendo o que sou e não sou tão estranho. Me enoja a justiça e desconfio dessa dança democrática" (tradução livre).

Neste ponto, convém recuperar a diferença proposta por Bleichmar (1999) entre *constituição psíquica e produção de subjetividade*. A primeira refere a “variáveis cuja permanência transcende certos modelos sociais e históricos” e que podem estar circunscritas ao campo específico da psicanálise. A segunda, por outro lado, inclui “aqueles aspectos que dizem respeito à construção social do sujeito, em termos de produção e reprodução ideológica e de articulação com as variáveis sociais que o inscrevem em um tempo e espaço particulares do ponto de vista da história política”.

Sabemos que a etiologia da neurose não reside no inconsciente, mas sim na forma como o inconsciente se articula e se relaciona com o Eu, enquanto instância estruturada ideativamente a partir dos discursos da época. A psicopatologia continua e continuará sendo efeito da relação entre as representações do inconsciente e as representações do Eu, produto de um conflito. Aquele outono de 1892 deixou a paralisia histérica da Senhorita Elisabeth von R em um modo de apresentação fenomenológica que hoje já não chega ao consultório. Embora os sintomas conversivos persistam, sua manifestação atual exige uma leitura que transcenda a simples fenomenologia, convidando-nos a explorar seu renovado valor significativo. Hoje, fenômenos transnosográficos como as toxicomanias e problemáticas de consumo, compulsões, automutilações, anorexias e ataques de angústia dominam a clínica. Esses modos de apresentação da clínica do excesso revelam fracassos na organização sintomática e deixam ver seu intento malsucedido de reequilíbrio psíquico. Nossa época carrega o selo capitalista e neoliberal, que propõe objetos de consumo imediato, e descartáveis, deixando os sujeitos ancorados em modos desregulados de gozo, bem como em tentativas frustradas de descarga, que não resolvem a excitação nem geram um equilíbrio psíquico, mais próximas da evacuação do que da elaboração.

O deterioramento do tecido social se alimenta da proliferação de discursos de ódio e de uma propaganda antidireitos que promove a intolerância. Essa intolerância se manifesta na estigmatização de identidades dissidentes, na discriminação à diversidade corporal como no caso do ódio ao corpo gordo, ou nas mutilações de corpos de bebês intersexo sob o discurso de *emergência neonatal*. Além disso, é importante assinalar que o racismo que assola nosso país não é um fenômeno isolado, mas faz parte da própria estrutura de nossa identidade nacional, e que discrimina e violenta diretamente as identidades marrons. Esses discursos operam como rios subterrâneos, invisíveis mas poderosos, alimentando formas específicas de violência contra certas subjetividades que se traduzem na impossibilidade de acesso a direitos, em *identidades cloacalizadas*², segundo a expressão de Berkins (2012). O que a psicanálise pode contribuir em relação aos efeitos na subjetividade de levar vidas submetidas à mera sobrevivência?

² Nota da Tradutora: em espanhol, o conceito “identidades cloacalizadas” acarreta um jogo de palavras com o termo “cloaca”, que pode ser traduzido como “esgoto”.

Quarenta anos após a recuperação da democracia na Argentina, continuam os crimes contra a humanidade contra certos coletivos. Wayar (2018) denuncia um autêntico *genocídio travesti*, referindo-se ao extermínio sistemático das identidades trans e responsabilizando o Estado e os estados da região. Afirma que é necessário aceitar a culpa e reparar justamente o agravo, pois tem-se afetado sistematicamente a saúde psíquica, física e econômica: “Esse genocídio se reflete em uma expectativa de vida de apenas 32 anos, com mortes causadas em grande parte pela violência estatal e social, bem como por outras causas evitáveis” (Wayar, 2021).

Há outro genocídio que persiste: a Campanha do Deserto não se concluiu em 1885. Comunidades originárias ao longo da América Latina continuam sendo alvo de extermínio.

E, neste ponto, abrem-se diferentes linhas de reflexão: Por um lado, devemos considerar os efeitos das estratégias de sobrevivência que essas comunidades foram obrigadas a adotar: renunciar à sua identidade, proibir seus ritos e costumes, censurar a transmissão de sua língua e até mesmo ser impedidas de enterrar seus mortos. Se concebemos o rito como uma forma de representar a dor da perda, como uma inscrição no sistema simbólico cultural, o que ocorre quando se nega a possibilidade do ritual? Freud, em *Totem y tabu* (1913), sustenta que o tabu dos mortos surge dos sentimentos ambivalentes de quem sofre a perda em relação ao falecido, o que guarda semelhança com as autocríticas da neurose obsessiva. Daí que, após uma perda dolorosa, seja necessária uma reação diante da hostilidade latente no inconsciente, origem das reclamações obsessivas. No caso dos povos originários, essa hostilidade é projetada sobre o próprio morto: “defendem-se dela deslocando-a para o objeto da hostilidade, para o morto” (Freud, 1913, p. 67). Então, que destino aguarda essa hostilidade reprimida? Como vive uma comunidade em dívida com seus mortos? O que ocorre quando o rito funerário é impossibilitado, seja pela ausência do cadáver —como no genocídio da Campanha do Deserto ou nos desaparecimentos forçados durante a ditadura e na democracia, incluindo casos como o de Santiago Maldonado, indígenas assassinados por corporações e forças estatais, e pessoas trans—, ou pela impossibilidade de realizar os ritos, mesmo como estratégia de preservação comunitária? Isso aplica tanto à sobrevivência das comunidades originárias mencionadas quanto à recente pandemia da COVID-19, que, além de causar milhares de mortes, interrompeu a possibilidade de realizar rituais funerários devido ao ASPO. Sem ritual, o sujeito pode ficar preso em uma relação mortífera com o morto, ancorado em sentimentos de dor, culpa e reclamações. Se pelo mecanismo de projeção o desejo hostil se deposita no morto, convertendo-o em um ser temível, a ausência de ritual impede a elaboração dessa situação.

Outro fenômeno contemporâneo ligado à morte são as profundas depressões e suicídios causados pela destruição sistemática de certas minorias, como é o caso das comunidades originárias que recorrem ao suicídio coletivo diante da devastação de seu entorno. O que poderia dizer a psicanálise sobre os efeitos subjetivos da ocupação militar do território na Patagônia, da exploração da mineração a céu aberto em Córdoba ou das queimadas intencionais de centenas de hectares de floresta em comunidades onde a extensão dos seus "Eus" chega até o vale, a montanha e o rio? A afirmação freudiana (1923) de que o Eu se projeta até os limites do corpo, própria de nossa cultura ocidental judaico-cristã, exige uma revisão à luz dessas experiências.

As subjetividades que mencionamos ao longo deste percurso estão fazendo ouvir sua voz, e estão chegando aos consultórios dos e das psicanalistas. É inegável que existem psicanalistas obstinados em explicar a homossexualidade, incapazes de questionar seus próprios mandatos de heterossexualidade obrigatória. Também encontramos quem patologiza a infância trans ou diagnostica psicoses em corpos travestis, sem sequer considerar que talvez confundam o órgão com o significante, e que o sexo é, em essência, um discurso sobre o sexo. Como bem apontaram alguns feministas, o gênero precede o sexo: é o outro quem primeiro lê e depois atribui um significado ao corpo dentro das categorias binárias de *feminino ou masculino*.

Ao longo deste artigo, buscamos refletir sobre a importância de uma psicanálise situada, capaz de dialogar com as complexidades do nosso tempo. Nesse sentido, lembramos as palavras de Freud, que criticou certos supostos psicanalistas por acreditarem compreender algo da psicanálise apenas por jogarem com seu jargão. Essa crítica nos interpela a revisar as teorizações flutuantes que orientam nossa prática clínica. Esperamos que este artigo sirva como um alerta contra a patologização e criminalização de certas subjetividades, como um convite a não reproduzir os dispositivos de disciplinamento e normatização dentro do consultório, e como um lembrete de que a palavra deve ser um espaço de abertura, e nunca de clausura. Propomos uma escuta atenta àquelas subjetividades que foram historicamente silenciadas e marginalizadas, honrando a ética do gesto freudiano: escutar e acolher as novas perguntas. Só assim a psicanálise poderá garantir sua relevância e vigência no futuro.

Referências bibliográficas

- BLEICHMAR, S. (1999). Entre la producción de subjetividad y la constitución del psiquismo. *Revista del Ateneo Psicoanalítico*, (2).
- BLEICHMAR, S. (2000). Sostener los paradigmas desprendiéndose del lastre: Una propuesta respecto al futuro del psicoanálisis. *Aperturas Psicoanalíticas*, (6). <http://www.aperturas.org/articulo.php?articulo=0000130>
- FREUD, S. (1913 [1912-1913]). Tótem y tabú (Vol. XIII). Em *Obras completas (1980-1989)*. Amorrortu.
- FREUD, S. (1923). El yo y el ello (Vol. XIX). Em *Obras completas (1980-1989)*. Amorrortu.
- WAYAR, M. (2018). *Travesti/Una teoría lo suficientemente buena*. Muchas Nueces.
- WAYAR, M. (2021). El Estado y las sociedades son altamente exitosas en el exterminio de la comunidad. Grupo La Provincia. <https://www.grupolaprovincia.com/cultura/marlene-wayar-el-estado-y-las-sociedades-son-altamente-exitosas-en-el-exterminio-de-la-comunidad-661670>